



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2006/12/19

Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Vinhais e Auditório da Casa do Povo, às quinze horas e dez minutos, foi declarada aberta a Primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte:

PRESIDENTE: Nuno José S. Teixeira da Costa Gomes;

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Vicente Roxo;

2.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Rodrigues.

Apresentaram justificações de faltas os Senhores membros, Armando António Martins Vara, Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, Octávio Manuel Gonçalves Ferro, José Augusto Pinheiro, Hélder Manuel Alves Correia, Luís Alberto Piçarra.

Faltaram sem apresentar justificação os membros Rui Frederico Garcia Lourenço, e Lizete da Cruz Diégues Claro, pelo que a falta lhes foi considerada injustificada.

Verificada que foi a existência de quórum, procedeu-se ao início da reunião, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte:

- 1 – Período de Antes da Ordem do Dia.
- 2 – Ordem do Dia.
 - 2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior;
 - 2.2 - Leitura resumida do expediente;
 - 2.3 – Período de intervenções;
 - 2.4 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;
 - 2.5 – Participação do Município na Associação das cidades Amuralhadas;
 - 2.6 – Proposta da criação das Empresas Municipais: Turimontesinho e ProRuris;

2.7 – Aprovação do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento, para 2007.

3- Período reservado ao público.

1 - Período de Antes da Ordem do Dia

Na ausência do Senhor Presidente da Assembleia, o primeiro secretário, Senhor Dr. Nuno Santos da Costa Gomes presidiu à reunião, passando o Senhor Dr. Eduardo Vicente Roxo a assumir funções de primeiro secretário, sendo convidado sem qualquer oposição, o Senhor Eduardo Martins Rodrigues para fazer parte da Mesa, na qualidade de segundo secretário.

O Presidente em função usou então da palavra para agradecer a presença de todos os membros na Assembleia Municipal, e também dar as boas vindas ao novo membro Manuel Diogo Morais.

Informou que se realizou mais uma reunião da Comissão Permanente, onde foi dado conhecimento do expediente recebido, foram discutidos dois pontos importantes a saber: a criação das Empresas Municipais, o orçamento, e o Plano Plurianual de Investimento, para o ano dois mil e sete.

Referiu que o Senhor Presidente da Câmara fez chegar à Mesa da Assembleia dois relatórios do estudo técnico-económico, acompanhados dos estatutos referentes as duas novas Empresas Municipais, que se propõe a sua criação . Sobre este assunto referiu que foi entendimento da Comissão Permanente não enviar cópia a todos os membros da Assembleia Municipal, tendo em atenção o seu custo, ficando responsáveis de fazer chegar esta informação aos restantes membros, os da Comissão Permanente.

Tinha sido entendimento distribuir os dossiers na Comissão Permanente para esta os estudar, e debate-los, e à posteriori fazer a respectiva análise dentro de cada Grupo Parlamentar.

Aproveitou o momento para informar que a reunião desta Comissão tinha corrido bem, numa perspectiva construtiva, e na altura certa dará conta das decisões tomadas pela Comissão Permanente. Sobre esta questão referiu que foram entregues os dossiers a dois membros da Bancada do PSD e a cinco da Bancada do PS.

Quanto aos dossiers, informou que se encontram à disposição para consulta, tanto para os deputados como para qualquer munícipe que queira consultar, na sede da Assembleia Municipal.

Realçou a importância de consultarem os dossiers, porque neles está previsto uma parte significativa do desenvolvimento económico, social e cultural do concelho. Relembrou

ainda, que as duas partes do Comissão Permanente decidiram dispensar o envio dos referidos dossiers a cada membro da Assembleia Municipal.

Ainda sobre a reunião da Comissão Permanente informou que foi analisado o Orçamento.

Acrescentou que ficou delineado marcar sempre uma reunião da Comissão Permanente três semanas antes da realização da Assembleia Municipal e por último decidiu-se também marcar uma reunião para uma análise e acompanhamento à Feira do Fumeiro, já em Janeiro.

Tinha sido solicitado ao Senhor Presidente da Câmara que disponibilizasse os técnicos em causa, o que concordou amavelmente.

Relembrou que alguns membros ainda não entregaram a fotografia para o cartão de deputado, indispensável para uma participação mais activa, com vista ao desenvolvimento do concelho.

2 – Ordem do Dia

2.1 – Apreciação e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Membros se desejavam pronunciar-se sobre este ponto. Ninguém manifestou intenção de intervir e passou-se à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

2.2 – Leitura resumida do expediente.

Neste ponto tomou a palavra o Senhor Primeiro Secretário, o Senhor Eduardo Roxo para informar que tinha chegado à Mesa da Assembleia uma justificação de falta em nome do Senhor José Augusto Pinheiro. Deu conhecimento da diversa correspondência da Associação Nacional de Municípios que se encontra disponível no gabinete da própria Assembleia Municipal, e também de uma comunicação da Assembleia Municipal de Mogadouro sobre o Quadro de Referências Estratégico Nacional.

2.3 – Período de Intervenções.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os senhores membros se alguém desejava usar da palavra.

Inscreveram-se os membros seguintes:

- António Miguel Silva

- Presidente da Junta de Vale de Janeiro
- Maria José Garcia Alves
- Presidente da Junta de Ervedosa

Tomou a palavra o membro António Miguel, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e para informar que na senda do que foi referido na última Assembleia e também com o intuito de repor a verdade dos factos, passou a apresentar a Moção seguinte:

“ Segundo consta no Orçamento de Estado para 2007, o Governo vai proceder à revisão do Plano Rodoviário Nacional consagrado no Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de Julho.

Em resposta a um requerimento do Deputado Adão Silva, de 12 de Julho de 2006, o Ministro das Obras Públicas referiu que, por razões ambientais, o troço do IP-2 entre Bragança e o Portelo, constante do Plano Rodoviário Nacional, já não seria construído, optando-se pela requalificação das estradas nacionais existentes entre Bragança e a fronteira espanhola.

Por outro lado, no mesmo requerimento, o Ministro das Obras Públicas, referindo-se à possibilidade de o troço do IP-2 ser construído entre Macedo de Cavaleiros, Vinhais, Fronteira da Moimenta e Autovia das Rias Baixas, respondia ao Deputado Adão Silva que “ *esta alternativa não está, nesta data, a ser equacionada*”.

Considerando que o Ministro das Obras Públicas não fecha a possibilidade se vir a considerar, na revisão do Plano Rodoviário Nacional, a construção do troço do IP-2 que atravesse o concelho de Vinhais;

Considerando que a construção desta via seria um meio de desencravamento geográfico, social e económico da maior importância para o concelho de Vinhais;

Considerando que a construção desta ligação entre o IP-4 e uma auto-estrada espanhola daria um contributo inigualável para o desenvolvimento e o progresso do nosso concelho;

Considerando que, para além do mais, esta obra seria um meio de fazer justiça às populações do concelho de Vinhais que têm sido esquecidas pelo Governo Central, em diversos sectores.

A Assembleia Municipal, em reunião plenária, reclama do Governo o seguinte:

1. Que no processo de revisão do Plano Rodoviário Nacional, que deverá ocorrer em 2007, no que se refere ao troço do IP-2, actualmente previsto entre Macedo de Cavaleiros, Bragança e a fronteira, aquele passe a ter o seguinte trajecto: Macedo de Cavaleiros, Vinhais, fronteira com Espanha (Autovia das Rias Baixas).

2. Que, logo que seja aprovado o novo Plano Rodoviário Nacional, o Governo, sem mais delongas, faça as diligências internas e com Espanha, para que o troço do IP-2 entre Macedo de Cavaleiros e a fronteira da Moimenta seja uma realidade a curto prazo.

A Moção uma vez aprovada, deverá ser enviada ao Primeiro-Ministro e ao Ministro das Obras Públicas, bem como à comunicação social.

Assembleia Municipal de Vinhais, em 19/12/2006

O Grupo Parlamentar do PSD”.

Terminada a intervenção do membro Dr. António Miguel, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Nuno Costa Gomes, questionou os Senhores membros ali presentes, se desejavam pronunciar-se sobre a referida Moção. Ninguém manifestou intenção de intervir.

Foi feita a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Foi passada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Vale de Janeiro, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e esclareceu que a sua intervenção tinha como objectivo colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara.

Começou por referir que se sente muito triste com o orçamento, porque verificou que a sua freguesia não é contemplada com qualquer dotação.

Por outro lado, felicitou o Senhor Presidente da Câmara porque ao fim de doze anos de espera pela estrada Municipal de Vale de Janeiro a Curopos, chegou finalmente o dia em que ela arrancou e encontra-se quase pronta. Para terminar pediu ao Senhor Presidente da Câmara que não se esqueça dos aumentos que estavam previstos, uns duzentos metros de arruamentos em Vale de Janeiro e na Maçaira.

Esclareceu que a sua intervenção nesta Assembleia, deve-se ao facto de se ter apercebido da existência de um boato, que referia que o dinheiro da estrada de Vale de Janeiro teria sido gasto pelo Senhor Presidente da Câmara, em outro local. Referiu que este boato que surgiu, não passa de uma calúnia, porque o dinheiro, foi gasto em Vale de Janeiro, e isso está a vista de todos.

Antes de terminar desejou um bom Natal a todos os presentes.

Foi passada a palavra à deputada Senhora Maria José Alves, que apresentou a intervenção seguinte.

“ Ex.mo Sr. Presidente da Mesa

Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Vinhais foi mais uma vez palco de grandes acontecimentos:

A feira da Castanha, que assim se pode chamar realizou-se em Vinhais nos passados dias 20, 21, 22 de Outubro a qual, foi um evento inesquecível.

Recheada de novidades, algumas impensáveis de realizar nos tempos que correm, foram um sucesso que poucos acreditavam ser possível.

A própria Televisão deu-lhe semelhante destaque, nos vários canais, que Vinhais fez inveja por todo o País.

Foi um acontecimento demasiado grande para ser contado em poucas palavras.

Além do mais todos os presentes tal como eu, tiveram oportunidade de a presenciar.

Mas, acontecimentos desta envergadura não podem nem devem passar despercebidos, ainda que isso não agrade a muita gente.

A Feira da Castanha, realizada em parceria pela Autarquia e pela ARBOREA (Associação Florestal) foi boa de mais para ser esquecida.

E porque não pode ser esquecido, estou aqui a lembrá-la a todos, para que todos em conjunto, independentemente das cores políticas, nos unamos e desde já comecemos a pensar na próxima.

Os acontecimentos foram muitos e os mais variados.

Todos gostamos e nos divertimos com o variado programa cultural.

Muitos enriqueceram os seus conhecimentos no decurso das IV Jornadas do Castanheiro, e sobre estas questões muito haveria a dizer, fico-me no entanto por aqui, deixando estas questões, tão importantes para o nosso concelho, aos técnicos da área.

Muitos foram aqueles que não ficando ricos ficariam mais remediados para alguns dias com os negócios que realizaram

E já que falei de negócios não posso deixar de chamar a atenção desta Assembleia para o enriquecimento, por que este sim, de “ enriquecimento” se trata que foi a intervenção na área da castanha, da CACOVIN AGRO-INDUSTRIA LDA, Empresa recentemente criada neste Concelho que teve por base a Cooperativa dos Agricultores do Concelho de

Vinhais, que em boa hora se associou à Câmara Municipal e outras Associações da Lavoura, formando assim uma empresa que é já hoje admirada por muitos.

E foi esta Empresa, nova no tempo, que teve o condão de conseguir o que parecia impossível, escoando a castanha produzida no concelho, facto que nunca aconteceu e mais que isso, pagando-a atempadamente, coisa a que os nossos agricultores não estavam muito habituados.

Também sobre esta empresa muito, por certo, haveria a dizer, mas a minha intervenção não teve nem tem outra intenção que não seja a de enaltecer e agradecer aos seus promotores, tanto da Feira como da Empresa, dos quais quero destacar os Ex.mos Senhores Presidentes da ARBOREA e Câmara Municipal pela feliz ideia que tiveram ao promover tais eventos.

Parabéns a todos os intervenientes neste processo e força porque para o ano há mais”.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a intervenção e passou a palavra a Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, que cumprimentou todos os presentes, desejando um Bom Natal e um Bom Ano de 2007.

Dirigiu a palavra para o Senhor Presidente da Câmara no sentido de o alertar mais uma vez, como vem sendo hábito, que as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, preparam-se para abrir as torneiras para as mãe-d’águas, quando as infra-estruturas estão mal construídas.

Quanto à Feira da Castanha, deu os parabéns à organização, por ter sido um êxito.

De seguida passou a apresentar a Moção seguinte para ser votada por todos os membros ali presentes.

“ Como é do conhecimento geral, o nosso concelho, é visto como um dos menos desenvolvidos em vários aspectos.

1.º Na área social já se fizeram mais de cinquenta levantamentos, e foram implantados vários programas, nessa área.

2.º Qual o resultado em concreto?

Criaram-se varias comissões, para acompanhar de perto, e ajudar as técnicas a minimizar estes graves problemas que toda a gente reconhece que afecta o nosso concelho, tais como, a exclusão social o abandono escolar, e o apoio aos idosos, e quais os resultados?

3.º As direcções dos centros sociais, e os técnicos da Câmara, já elaboraram projectos em tempo recorde, as direcções gastaram as suas economias, para serem apreciadas e aprovadas infra-estruturas que muita falta fazem ao Concelho, e em nada nos adianta trabalhar para esta comunidade, os apoios não chegam, e ninguém nos liga.

4.º É tempo de dizer basta, pois as visitas de todos os governantes dos vários partidos políticos só nos têm enganado, veja-se nos Centros de Noite, três candidaturas e uma só aprovada, agora ainda pior o caso do programa pares que para o nosso concelho, apesar de três candidaturas de grande necessidade também nada nos foi contemplado.

Isto é uma vergonha, deve esta Assembleia Municipal levar ao conhecimento, do Senhor Primeiro Ministro, do Senhor Presidente da Republica, do Ministro da Tutela e dos Senhores deputados, que nesta área em nada nos têm defendido nem ajudado, a revolta do povo Vinhaense.

Por à votação esta Moção.

Vinhais, 19 de Dezembro de 2006

Franclim do Nascimento Serafim”.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Ervedosa, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, questionou os Senhores membros se desejavam intervir relativamente a moção apresentada. Ninguém manifestou intenção de intervir.

A referida moção foi posta a votação e aprovada por unanimidade.

2.4 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal.

“Concluimos o primeiro ano deste que também é o nosso primeiro mandato.

Muito embora seja um homem permanentemente descontente com os resultados alcançados já que, por feitio e personalidade, quero sempre mais e melhor, sou forçado a reconhecer que este primeiro ano foi um ano de sucesso.

De sucesso porque, mesmo em tempo de vacas magras, num único ano conseguimos lançar mais obras que nos anos anteriores, de sucesso porque conseguimos por em marcha algumas das principais obras que eram absolutamente essenciais para o concelho, de sucesso porque conseguimos reformular a rede escolar, de sucesso porque conseguimos lançar a primeira feira da castanha e da gastronomia e finalmente de

sucesso porque em pouco tempo, conjuntamente com algumas associações pusemos em pé e a funcionar uma fábrica de recolha e comercialização de produtos agrícolas, nomeadamente castanha.

Um próximo ano se aproxima. É um ano de esperança e de continuidade dos projectos lançados. Um ano de trabalho e de trabalho árduo.

Esperamos poder contar com todas as Juntas de Freguesia para levar a efeito as obras necessárias nas aldeias. Quero, de forma absolutamente sincera, deixar uma palavra de apreço e consideração a todas as Juntas de Freguesia, já que de uma maneira geral, souberam estar à altura das suas responsabilidades e muitas realizaram importantes trabalhos em benefícios das populações locais, quer por administração directa, quer com o apoio da Câmara Municipal.

E se disser que com todos, sem excepção, mantive um bom relacionamento institucional e pessoal, não estou a exagerar.

Apesar de algumas diferenças ideológicas, com poucos, o relacionamento franco e correcto, permitiu um bom funcionamento Câmara/Juntas.

Espero e desejo que no ano de 2007 tudo corra ainda melhor.

Nesta reunião proponho a apreciação de 2 pontos fundamentais: as empresas municipais e o orçamento.

O orçamento é a bíblia de qualquer ano económico e a de nos dedicarmos com mais atenção num outro ponto desta nossa ordem de trabalhos.

As empresas municipais são os empreendimentos necessários para que o trabalho da autarquia ganhe eficiência nos sectores a que se referem. O Estado de infra estruturas começa agora a dar lugar ao Estado servidor e potenciador de investimentos produtivos e riqueza.

Senhores Deputados: Uma vez que se aproxima o Natal, quero a todos desejar Boas Festas e um ano de 2007 repleto de felicidade, saúde e sucesso para todos vós, para os nossos munícipes e para todas as famílias.

Situação financeira: Dotações orçamentais – 1.725.130,95 €

Dotações não orçamentais - 573.168,86 €

Vinhais, 19 de Dezembro de 2006”

Terminada a intervenção escrita, o Senhor Presidente da Câmara, pediu permissão ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para prestar alguns esclarecimentos, relativamente às intervenções anteriores.

Ao Senhor deputado António Borges, agradeceu a sua intervenção, e adiantou que concorda inteiramente com ela. Demonstrou o seu agrado pelo facto de a Assembleia no seu conjunto ter votado por unanimidade, a proposta.

Dirigiu as mesmas palavras ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, não quanto à questão das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, porque referiu ser uma questão que já vem sendo hábito, mas relativamente à moção que apresentou relativamente ao Programa Pares.

Referindo-se ao Programa Pares, adiantou que se trata de um programa que permitia a candidatura de Instituições à construção de equipamentos na área social.

Conjuntamente com outras instituições, tinham-se candidatado a construção dos lares nas freguesias de Edral, Rebordelo e Moimenta. Embora não oficialmente, teve conhecimento que não foi nenhum aprovado. Adiantou que já tinha pedido à Senhora Coordenadora do Programa Pares explicações, sobre o sucedido. Veio posteriormente a saber que dentro do distrito, só foi aprovado investimento para Bragança. Declarou que brevemente irão ser abertas novamente as candidaturas, por isso faz todo o sentido a moção apresentada. A Assembleia deverá mostrar a sua indignação, perante esta não contemplação do concelho de Vinhais, com qualquer equipamento na área social.

Para terminar, deixou uma sugestão, para que, quando se trata de moções, cujo interesse seja para o concelho, deveriam ser combinadas nas Comissões Permanentes, e depois deveriam ser propostas em conjunto pelos dois grupos parlamentares. Solicitou que ambas as propostas fossem reformuladas no que diz respeito à subscrição e assinadas por ambos os grupos, uma vez que foram votadas por unanimidade. Desta forma considerou que seriam vistas como um sinal mais forte.

Ao Senhor Presidente da Junta de Vale de Janeiro, esclareceu que a sua freguesia é contemplada com mais do que qualquer outra. A estrada de Vale de Janeiro irá ser paga e feita em dois mil e sete. Adiantou que todas as freguesias gostariam de ter no orçamento a verba que a freguesia de Vale de Janeiro tem inscritas. Referindo-se à construção da estrada informou que lhe dá muito gosto a sua execução, porque apesar de terminar em Vale de Janeiro, considera-a uma estrada de todo o concelho, porque conduz as pessoas a um dos melhores e mais importante santuário do concelho, com respeito por todos os outros.

Demonstrou o seu desagrado por ser uma obra que não está a ser comparticipada, e adiantou que está a ser feita com dinheiros exclusivamente da Câmara. Deixou a convicção de a candidatar e conseguir algum dinheiro para esta obra.

Terminou agradecendo à deputada Senhora Maria José Alves, pela alusão que fez à Feira da Castanha.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu os esclarecimentos prestados e não havendo intenção de intervir por parte dos membros ali presentes, no tocante à informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, passou-se de imediato ao ponto seguinte.

2.5 – Participação do Município na Associação das cidades Amuralhadas.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar algum esclarecimento e alguma informação acerca deste ponto. Começou por informar que foram convidados por um conjunto de vilas e cidades da Península Ibérica, que têm no seu casco urbano, muralhas. Continuou dizendo que esta associação tem a sua sede no Sul de Espanha, da qual fazem parte várias cidades e vilas portuguesas. Na eventualidade de trazer encargos, será uma quota diminuta. Para fazer parte de qualquer associação, a Câmara terá que obter o acordo da Assembleia Municipal. Adiantou que já foi aprovada em reunião de Câmara, e deve esta Assembleia dar o seu aval para que possam ser sócios desta Associação das Cidades Amuralhadas.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, questionou os Senhores membros se alguém desejava usar da palavra. Ninguém manifestou intenção de intervir. Passou-se de imediato à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

2.6 – Proposta da criação das Empresas Municipais: Turimontesinho e ProRuris.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, referindo-se a este ponto, passou a explicar a importância destas duas empresas com formato municipal, isto é, cujo capital é exclusivo detido pela Câmara Municipal. Acrescentou que este tipo de instituições sobrevive ao longo do tempo aos diversos executivos, quer camarários, quer da Assembleia Municipal. Este tipo de entidades é uma ferramenta cada vez mais utilizada, pelas diversas Câmaras, para tornar a gestão mais eficaz e mais rápida.

Continuou dizendo que foi enviado a cada membro da Assembleia, um memorando, acerca do que é o objecto e a motivação de cada proposta, da Empresa Municipal

Turimontesinho – Empresa Municipal Promoção Turística, e Empresa Municipal ProRuris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais.

Declarou que em sede da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, foram levantadas numerosas questões de âmbito material, acerca da criação das Empresas Municipais. Um dos pontos, que foi levantado por diversas pessoas, foi o porquê da criação de duas Empresas Municipais. Este sentido, foi basicamente sentido pela própria lei, isto é, o executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara tomou como base dois objectos de intervenção, um objecto turístico, outro objecto de desenvolvimento rural. Na elaboração destes dossiers tinham sido informados, quer pelo Senhor Ministro da Agricultura, quer pela entidade que regulamenta a gestão das energias alternativas, de que haveria a necessidade, de que fosse no âmbito da agricultura e desenvolvimento rural e energias renováveis, criada uma empresa com um CAE (Código de Actividade Económica), exclusivo para o desenvolvimento destas actividades.

A Turimontesinho irá gerir novas infra-estruturas turísticas e a ProRuris irá coordenar o desenvolvimento Rural, nomeadamente a Feira do Fumeiro e outro tipo de actividades.

Terminada a explicação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao executivo.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que começou por referir que este é um ponto importante na ordem de trabalhos. Pretendia traçar duas ou três ideias elucidativas para que todos ficassem a perceber aquilo de que se falava.

Referiu que o estado como pessoa abstracta que é, território, pessoas e legislação, ao longo da história, tem tido na sua génese, diversos motivos de intervenção. Desde o Estado Social, Estado Liberal, Estado Empresário, ao Estado das Infra-estruturas. Passou a explicar que há determinado alturas em que os políticos e o Estado e também as autarquias têm que se preocupar mais em tratar de determinados assuntos, e há outras alturas, ao longo da história, em que os assuntos que mais devem preocupar os políticos são outros, este facto depende das necessidades de cada momento.

Continuou esclarecendo que a própria história se encarrega de definir o que é que estratégico quer para determinado espaço, neste caso concreto, para o país. Todos os dias os autarcas são bombardeados com informação, com palestras, com conferências, promovidas pelo governo, ou por entes jurídicos próprios, no sentido de transmitir quais as suas orientações para as autarquias locais. Neste sentido, adiantou que hoje os

autarcas não se podem queixar que desconhecem aquilo que os governantes querem da sua actividade.

Entendem os governantes e do seu ponto de vista bem, que o tempo dos saneamentos, das estradas, das águas canalizadas, a distribuição da energia eléctrica, já lá vai. Adiantou sobre este assunto que quem não o fez deveria ter-lo feito. Durante estes anos em que Portugal fez parte da União Europeia, foi tempo suficiente e também para as autarquias construir as infra-estruturas necessárias. Se todos tivessem feito, estaríamos hoje num patamar de satisfação das necessidades primárias, perfeitamente desejável. Continuou dizendo que deveria estar tudo feito. O que falta tem que se ir fazendo. Mas quanto ao dinheiro que está para vir, do QREN, não são tanto para este tipo de actividades. O que agora se pretende é que prestem serviços às populações e saibam munir-se de instrumentos, que sejam criadores de tecidos empresariais fortes e de criação de riqueza. Tecidos empresariais fortes em algumas, e não em todas as áreas. Nas áreas em que determinada localidade é de facto apta a produzir, isto é, não irão de forma nenhuma, nenhum instrumento jurídico, nenhum autarca, ou nenhum político, potenciar no concelho de Vinhais a plantação de cereais. Porque se chegou à conclusão que a plantação de cereais não é uma cultura própria desta região. A castanha, os cogumelos, os produtos alimentares - Fumeiro, e as carnes são exemplos que se devem promover. Aplicando isto a outro sector, têm exactamente o mesmo pensamento no que diz respeito ao turismo.

Continuou dizendo que as Empresas Municipais são mecanismos cujo principal objectivo é a eficiência dos serviços públicos, isto é, as Câmaras tem que constituir instituições, pessoas colectivas, que não se regendo depois, no seu dia a dia, pelo seu direito público, pelas normas do direito administrativo, mas sim pelas normas do direito privado, consigam dar resposta a actividades empresariais que por um motivo ou por outro, o próprio tecido empresarial local, ou as pessoas, não conseguem dar resposta. É este o motivo porque que se veem Empresas Municipais nos mais diversos sectores. O próprio Estado tem várias empresas públicas, nomeadamente a Caixa Geral De Depósitos, alguns Teatros, etc.

Referiu que o que se pretende no concelho de Vinhais é criar duas empresas. Uma na área do desenvolvimento rural e outra na área do turismo.

As referidas empresas têm estatutos, assim como o estudo de viabilidade técnico-económica e o seu próprio nome. Adiantou que foram aprovadas em reunião de Câmara

e se tudo correr dentro daquilo que foi previsto, terão o seu início de actividade ainda no próximo ano.

Em resumo disse que estas instituições de capital exclusivamente público têm na sua génese de formação, e naquilo que se propõem, a de turismo designada por Turimontesinho, terá quatro aspectos fundamentais que irá gerir; o Parque Biológico; Centro Rural e Educação Educativa, Posto de Turismo, Caça e as infra-estruturas desportivas (Piscinas cobertas e descobertas, estádio de futebol), e tudo o que está ligado ao desporto.

Quanto à outra empresa de índole rural denominada ProRuris, tem quatro áreas fundamentais de actuação: Centro de coordenação rural, Piquete Veterinário, Feira do Fumeiro e a Manutenção e repovoamento Florestal.

A estas grandes áreas de intervenção, outras naturalmente mais pequenas lhe irão estar conexas.

As Empresas Municipais, são constituídas pela Assembleia sob proposta da Câmara, adiantou mais uma vez que foram votadas em reunião de Câmara, e que agora são propostas à Assembleia Municipal para também serem aprovadas. Depois da sua aprovação será constituído o seu conselho de administração. Os órgãos directivos são o conselho de administração, e o fiscal único, em sua opinião, obriga a que neste caso concreto, tenha também o chamado conselho geral, que é constituído por diversas pessoas, dos mais diversos âmbitos. Constituído o conselho de administração será elaborado por este, o Plano de Actividades para o próximo ano, e mediante esse plano de actividades é celebrado um contrato com a Câmara, no sentido de a Câmara e a Empresa verem quais são as obrigações de um e de outro.

A título de exemplo referiu que a Câmara nesse contrato escreverá que a Empresa Municipal de Vinhais de Turismo compromete-se a gerir o Parque Biológico e por sua vez a Câmara paga exactamente aquilo que a Empresa Municipal precisa de receber para por o parque Biológico a funcionar.

Por fim, declarou que as Empresas Municipais estão sujeitas à aprovação da Assembleia Municipal. O Conselho de Administração tem que ser aprovado em reunião de Câmara, assim como os Planos de Actividades, relatório de contas e vencimentos.

Aproveitou para relembrar o artigo nono do projecto de estatutos de ambas deverá esta Assembleia nomear para o Conselho Geral, dois representantes para a Turimontesinho e ProRuris.

Relembrou ainda, e para terminar as explicações que, a Câmara pretendia dar, que consideraram ser a melhor separar o Turismo para um lado e a agricultura para outro. Não lhes parece por isso, que pudessem numa única empresa incluir estas duas áreas. De qualquer forma depois do arranque, e se por ventura se aperceberem que algo está a falhar, tentarão fazer as correcções que acharem necessárias.

Dito isto, mostrou a sua disponibilidade para prestar outros esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara. De seguida, deixou em aberto o período de intervenções.

Solicitaram o uso da palavra os Senhores membros:

- Carlos Alberto Matias Costa
- Presidente da Junta de Vinhais
- Carlos Abel Frias Vieira
- Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa
- António Miguel Borges Silva

No uso da palavra o membro Senhor Carlos Costa, cumprimentou todos os presentes, e em relação às Empresas Municipais, referiu que a sua bancada tinha uma proposta para apresentar. A proposta solicitava que a Câmara convocasse uma Assembleia extraordinária para Janeiro, para debater as Empresas Municipais. Quanto aos dossiers propôs que fossem enviados a todos os membros, para que depois todos pudessem discutir e também para saber aquilo que realmente pretendem perguntar, ao Senhor Presidente da Câmara, já que se disponibilizou para esclarecer.

Referiu que naquele momento tirando duas ou três pessoas, mais ninguém sabe o que realmente são as Empresas Municipais. Relembrou a experiência que o país tem no que se refere às Empresas Municipais.

Adiantou que será ilegal fazer naquele momento a votação para as Empresas Municipais, e por isso pretendem impugnar a decisão.

Para terminar referiu que estão abertos a discutir as Empresas Municipais, querem por isso discutir e saber o que é que se irá discutir.

Referindo-se ainda aos dossiers das Empresas Municipais, disse não ter recebido e quanto a isto, a Lei é clara quando diz que deverá ser enviado a todos com dez dias de antecedência, em carta registada, e isso não foi feito.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para referir que no início destes trabalhos, informou que a elaboração e a criação das Empresas Municipais, carece à sua criação, a elaboração de dois estudos técnico-económicos e dos respectivos estatutos. Para evitar enviar dois dossiers de muito volume a cada pessoa, e tendo sido entendimento de todos, e uma vez que se trata de dossiers muito técnicos e por esse motivo não seriam convenientemente interpretados, entendeu o Senhor Presidente da Câmara e o executivo camarário, marcar e reunir em sede de Comissão Permanente para análise dos referidos dossiers.

A entrega dos dossiers foi feita aos cinco elementos da Comissão Permanente da bancada do Partido Socialista e foram também contactados o membro Carlos Abel e o membro António Miguel.

Referiu ainda que na altura, o membro Carlos Abel não pôde por motivos profissionais, participar na reunião da Comissão Permanente, por esse motivo foi-lhe entregue os referidos dossiers em suporte digital.

Na reunião da Comissão Permanente foi acertado e deliberado que não seriam entregues dossiers a cada pessoa, porque atendendo à sua especificidade, e atendendo que a maior parte dos elementos presentes nos dossiers são elementos numéricos, previsionais e demasiado técnicos. Informou que alguns membros que fazem parte da Comissão Permanente têm formação específica nesta área, por este motivo, o que ficou combinado foi que, cada bancada presente na reunião da Comissão Permanente, fizesse reuniões de preparação dos dossiers, para serem debatidos na Assembleia Municipal.

Com este argumento, referiu que não quer dizer que a Assembleia fosse fazer a aprovação de um tema tão importante, sem que fosse antes debatido.

Para terminar, referiu que em sede da Comissão Permanente, em sede da própria actividade da Assembleia Municipal e também em sede do próprio executivo camarário, estes dossiers poderão e deverão ser discutidos.

Terminado o esclarecimento do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, ao membro Senhor Carlos Costa, foi passada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais que começou por cumprimentar todos os presentes e no tocante às Empresas Municipais, referiu ter sido um dos felizes contemplados com os dossiers. Confessou já ter lido os respectivos dossiers. Louvou a Câmara Municipal por ter tomado uma iniciativa deste tipo e informou que projectos deste tipo existem na maior parte dos

Municípios. Lembrou que em alguns Municípios este tipo de empresas estão já a ser extintas, porque não funcionam.

Quanto à proposta que o membro Carlos Costa apresentou, considerou-a inoportuna. Se por acaso forem entregues os dossiers a todos os membros, chegará a Janeiro com o mesmo tipo de discussão que hoje estão a ter. Considerou que a maior parte das pessoas não os iriam ler, por isso, considerou que é mais importante o controlo de funcionamento das próprias empresas, do que o estudo dos dossiers.

Referiu também ter dúvidas em relação à criação de duas empresas, mas acredita que há motivos que justificam essa opção. Uma vez que estas duas empresas têm objectos sociais muito semelhantes e também interligados, considerou que provavelmente só terão viabilidade se se fundirem e se trabalharem em conjunto. Se cada uma das referidas empresas trabalhar para seu próprio bem, o mais provável é que não cheguem a bom-porto, seria aconselhável, no seu ponto de vista, que o não fizessem, para que este projecto funcione.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder à questão levantada pelo membro Carlos Costa. Começou por referir que a Câmara não irá retirar a proposta, por já se ter perdido muito tempo. Em sua opinião o importante é andar, e vai andar. Referindo-se ao assunto que o membro Carlos Costa levantou considerou ser um assunto que o ultrapassa, porque os dossiers foram entregues aos serviços administrativos da Câmara para lhe darem o seguimento que é normal.

Lembrou que uma das funções da Comissão Permanente, é os seus líderes juntarem-se, agendarem, discutirem e tomarem posições sobre determinados assuntos que são comuns. Lembrou também que aquilo que a Comissão Permanente decidir é de acatar. Não lhe parece correcto que um elemento do próprio grupo, que tem o seu representante na Comissão Permanente venha em plena discussão do assunto, discordar daquilo que o seu líder concordou.

Adiantou que lhe foi dito que o representante na Comissão Permanente tinha concordado, por essa razão considerou o assunto perfeitamente pacífico.

Se viesse acontecer o proposto pelo membro Carlos Costa, seria dar o dito pelo não dito, e abrir-se-ia aqui um precedente que doravante não poderiam levar a sério as decisões da Comissão Permanente.

Não lhe parece por isso, que seja uma atitude correcta, até porque está em jogo também, uma questão de tempos, e existe muita coisa a fazer que está dependente da criação destas empresas.

Informou ainda que com o novo QREN, há candidaturas às quais as Câmaras não se podem candidatar. Dai a criação de Empresas Municipais para poderem apresentar programas. Tudo isto é feito com o objectivo de trazer para a área do concelho de Vinhais determinados investimentos que de outra forma, não haveria possibilidade. Relembrou que o seu antecessor falava na criação das Empresas Municipais, mas que por um motivo ou por outro nunca as chegou a concretizar. Informou que no Município de Alfândega da Fé existe uma Empresa Municipal que é considerada modelo, no âmbito do país, tendo neste momento, a presidência do Conselho Geral das Empresas Municipais, considerada por isso, como uma Empresa de sucesso.

Relembrou que neste momento a Câmara de Vinhais tem um time definido, e não pode por isso andar para trás.

Se aquilo que preocupa o membro Carlos Costa é o facto de estarem assegurados os elementos de controlo e de fiscalização da própria actividade da Empresa, sobre isto, deixou claro que no Conselho Geral, propôs ao Senhor Presidente da Assembleia, que tentasse fazer um consenso, no sentido de meter um membro de cada Grupo Parlamentar. Estas pessoas terão acesso, assim como a Câmara, a todos os documentos, todos os protocolos, todas as candidaturas e a todo o trabalho que as Empresas virão a desenvolver.

Por ser uma matéria que interessa a todo o concelho, não deve ser objecto de qualquer golpe político, por isso a Câmara pede a Assembleia que aprove e se possível com um amplo consenso.

Pedi para usar novamente da palavra o membro Carlos Costa, para referir que discorda em parte da opinião do Senhor Presidente da Câmara. Referiu que não irá atrasar em nada, o facto de se convocar uma Assembleia extraordinária para debater este assunto, tal como aconteceu num dos concelhos do distrito de Bragança em que foi proposta a criação de uma Empresa Municipal.

Quanto ao exemplo de Alfândega da Fé referiu que no distrito de Bragança são muito poucas as Empresas Municipais e quanto ao facto de quererem criar duas de uma só vez, podem até vir a concordar, mas a sua posição mantêm-se em ser só apenas uma. Relembrou que para serem aprovadas têm que ser debatidas. E quanto ao que foi dito de

tirar poderes à Comissão Permanente discorda completamente. Informou que a Comissão Permanente tem cinco membros do Partido Socialista e tem dois do Partido Social Democrata, facto esse, que diz tudo. Informou ainda que, no que diz respeito à Associação Espanhola, foram enviados os estatutos, não percebe o porque de também não terem sido enviados também aqui os estatutos. O regulamento diz que devem ser enviados. Não percebe de quem é a culpa, pretende dar o seu contributo, porque considera que se trata de um assunto importante para o concelho, mas quer saber antes que contributo é que irá dar.

Em sua opinião, aquilo que é feito em Vinhais parece que é feito sem dar conhecimento a ninguém, e é isso que discorda, porque foram eleitos para serem ouvidos.

Tomou a palavra o membro Carlos Abel, que começou por cumprimentar a todos e no tocante à questão das Empresas Municipais, referir não ter intenção de se pronunciar sobre esta matéria, mas depois da questão levantada pelo membro Carlos Costa, considerou pertinente referir que teve conhecimento daquilo que se tratou na reunião da Comissão Permanente. Achou dispensável o envio dos dossiers, mas não concorda com a opção de não enviar os estatutos. No entanto pensa que na reunião da Comissão Permanente não decorreu o não envio dos estatutos. Porque os estatutos são básicos em tudo, e por isso fundamentais. Considerou que a maior parte das pessoas que vão votar, não têm consciência naquilo que vão votar. Deverá por isso haver o mais amplo debate, para as pessoas terem uma perfeita consciência. Relembrou que é este assunto que está em causa, e não o facto de estarem a favor ou contra. Referiu que não se pode discutir um processo com apenas meia dúzia de iluminados que tiveram a sorte de ter a documentação do seu lado. Pretendem que o debate seja feito de forma esclarecedora, não podendo por isso debater um assunto em que a maior parte das pessoas ali presentes não tiveram conhecimento. Não está aqui em causa a deliberação da Comissão Permanente, porque em seu entender o que esta deliberou foi que não deveria ser enviado o estudo económico. Quando se apercebeu que não teriam sido enviados os estatutos, considerou tratar-se de uma falta de fundamentação para haver a discussão.

Para terminar informou que este processo pode ser obstaculizado, porque ao impugnarem em termos de tribunal pode haver procedimentos de evitar que este processo continue para a frente. Referiu que podem até votar, e a impugnação interromper o processo.

Terminou fazendo um apelo ao bom senso, e uma vez que o Senhor Presidente da Câmara é jurista, compreenderá perfeitamente que isto é possível.

Concluiu referindo que será isso que irá ser feito.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Ervedosa, que começou por referir que deveriam ser mais rápidos para evitar estar sempre no mesmo. Relativamente à intervenção do membro Carlos Abel, referiu ser mal feito não ser cinco / dois. Nesta discussão em que toda a gente está de acordo, não podem empatar, porque seria um passo muito grande para trás. Concorde que nas próximas reuniões seja mandado para toda a gente a documentação. Como membro da Comissão Permanente referiu manter a decisão que tomou na referida reunião.

Tomou a palavra o membro António Miguel, para se referir às Empresas Municipais. Quanto à ideia expressa na Comissão Permanente referiu que se mantêm. O PSD propunha no seu programa a criação de uma Empresa Municipal, o debate poderia ter sido levado para a criação de uma Empresa Municipal ou de duas, mas quanto a isto considerou ser uma decisão política, compete por isso a quem foi eleito. À Assembleia compete-lhe apreciá-lo ou não. Quanto ao envio da documentação referiu ter ficado decidido em reunião da Comissão Permanente, o não envio dos mesmos, por lapso de todos, não foi abordada a questão dos estatutos. Não ficou por isso decidido se seriam enviados ou não os estatutos.

Terminada a intervenção do membro António Miguel, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que, ainda sobre este assunto, e muito rapidamente e porque algumas questões foram levantadas, gostaria de informar que a paridade da Comissão Permanente é mais ou menos a paridade matemática e aritmética que existe na própria Assembleia Municipal, isto numa primeira questão.

Numa segunda questão, referiu que cada membro da Comissão Permanente por parte da bancada do PS, comentou, discutiu, elucidou, inclusivamente foi buscar os dossiers ao próprio Gabinete da Assembleia Municipal, para mostrar o que é que era a criação da Empresa e o que é que era a essência da criação da Empresa.

Para terminar, informou que dois terços do processo não são estudos económicos, não são estatutos jurídicos, mas são memórias descritivas acerca da intervenção, num primeiro ponto. O segundo ponto tem a ver com o estudo de viabilidade económica e o

terceiro ponto que foi feito pelo Senhor Consultor Jurídico da Câmara são propostas de estatutos.

Relembrou mais uma vez que a Comissão Permanente e a própria Câmara entenderam que seria mais produtivo se o processo fosse analisado na sua essência e num grupo mais restrito e depois cada representante fizesse fluir para cada bancada parlamentar este tipo de entendimento.

Como representante da Mesa da Assembleia e como representante da Comissão Permanente referiu ter tentado promover da melhor maneira este tipo de discussão. Dirigindo-se aos membros da Comissão Permanente referiu que tem conhecimento que alguns membros passaram este tipo de informação, mas para aqueles que não passaram considerou que a Comissão Permanente e os custos que esta está a imputar a todos, infelizmente, do seu ponto de vista, não funciona.

Não consegue por isso perceber o que é que haveria de diferente se os dossiers fossem enviados a cada membro, ou se pelo contrário fosse feito este tipo de metodologia.

Relativamente a este ponto declarou que é entendimento da Mesa da Assembleia e do executivo da Câmara Municipal levar a votação a criação das duas Empresas Municipais: ProRuris e Turimontesinho.

No momento que antecedeu a votação onze membros da bancada do PSD ausentaram-se, tendo sido aprovado por unanimidade, com cinquenta e um membros presentes.

2.7 – Aprovação do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento, para 2007.

A antes de o executivo, tomar a palavra para uma intervenção neste ponto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, informar que no final deste ponto, sendo que o ideal seria no ponto anterior, que por lapso não aconteceu, se passaria à votação dos dois representantes das Empresas Municipais.

Foi então, passada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por dar a informação que no exterior se encontrava a Unidade Móvel de Saúde.

Relembrando aquilo que tinha dito na última reunião, referiu que seria uma prenda a oferecer a todos aqueles que dela precisassem, por altura do Natal, e confirmou-se. Referiu também, ainda não a ter visto, mas sabe que quanto à Unidade Móvel de Saúde, não somos iguais aos outros, porque a nossa é a mais moderna do Distrito. Adiantou que passará a funcionar, se tudo correr como o previsto, no dia dois de Janeiro. Será o

Senhor Doutor Amaral que irá planear o seu funcionamento e a Câmara tal como está protocolado, disponibilizara o gasóleo e o motorista. Informou ainda sobre esta questão que foi uma candidatura organizada pela Câmara conjuntamente com a Santa Casa da Misericórdia e paga pelo Ministério da Saúde e pela Câmara Municipal.

Terminada a explicação sobre a Unidade Móvel de Saúde, passou a informar quanto ao PPI e Orçamento foram extremamente fáceis de fazer. Passou a explicar que no dia vinte e oito de Outubro de dois mil e cinco as obras que estavam a correr todos os anos do mandato anterior tinham um valor aproximadamente de cinco milhões de euros. Desde o dia vinte e oito de Outubro até ao presente dia, tinham sido lançadas outras no valor de mais seis milhões de euros. Isto é, as obras empreitadas vão para além de dois milhões de contos. Por esse motivo, considera que há uma parte do Orçamento que qualquer pessoa consegue fazer, assegurar e inscrever o dinheiro suficiente para acabar essas obras. Acrescentou que se tudo correr bem não irão ter problemas em acabar as obras que estão iniciadas, no entanto não existe no momento grande margem de manobra, por esse motivo, adiantou que, não estarão em condições de brevemente lançarem muito mais obras.

Informou que existem mais duas ou três obras cujos projectos estão a ser feitos, como é o caso do campo de futebol, mas quanto a isto, não garantiu que no próximo ano, seja possível vir a lança-las. Esta falta de garantia deve-se ao facto que estas obras virem a ser candidatas com fundos comunitários e ainda não se sabe se serão ilegíveis.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimento para o próximo ano, referiu que contempla também aquelas obras que diariamente é preciso fazer nas aldeias.

Quanto à questão dos saneamentos e das águas, referiu haver uma confusão sobre quem irá fazer os próximos saneamentos, se será a Empresa Águas de Trás-os-montes e Alto Douro ou se será a Câmara Municipal. O que o Governo pretende é que os sistemas de saneamento em baixa e as Águas em baixa, sejam todas elas concessionadas em empresas privadas. Aqui poderá ver-se a boa gestão de bens públicos de forma privada.

Adiantou que neste momento às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro está com muito receio de pegar nas redes de saneamento. Por esse motivo ainda não se sabe se o resto dos saneamentos que falta fazer no concelho, serão feitos pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro ou pela Câmara Municipal. Garantiu que a Câmara Municipal sozinha não conseguirá fazer uma única rede de saneamento. Só será possível com fundos comunitários. As indicações que possui é que não haverá fundos comunitários para as Câmaras fazerem saneamentos. Só poderá haver estes fundos, se a Câmara se

associar a uma empresa privada, como por exemplo uma Empresa Municipal de forma a poderem rentabilizar esse investimento.

Apesar de existirem dúvidas, quanto à questão dos saneamentos, foram incluídas quatro ou cinco, aqueles que se iniciaram e mais dois ou três que se consideraram urgentes. Para serem concretizados, adiantou, terão que estar escritos no Plano. Também podem estar escritos em Plano e não serem feitos. Referiu que há prioridades, designadamente aldeias em que a rede de água necessita de ser remodelada.

Para terminar informou que o Município de Vinhais na entidade do seu executivo, está vocacionado para continuar a satisfazer as necessidades públicas, e essencialmente virado para sozinho ou conjuntamente com outras instituições criar mecanismos de promoção e investimento empresarial no sentido de criar riqueza e emprego.

Quanto à intervenção da D. Maria José, acerca da participação na CACOVIN, é um bom exemplo daquilo que referiu. Esta empresa que arrancou rapidamente comercializou mais de um milhão de quilos de castanha do concelho. A ideia é através desta empresa passar agora para os produtos hortícolas. Adiantou sobre esta questão que se depender do Presidente de Câmara esta empresa irá crescer, com outras instituições que se queiram juntar, preferencialmente com instituições grandes e ricas. Conclui que a prioridade será na área do investimento produtivo. Relembrou que a Câmara comprou os armazéns das frutas e entrou depois com mais trinta ou trinta e cinco mil contos para o capital social.

Quanto ao orçamento referiu que é uma opção, que é da sua responsabilidade e que respeitaria outras opções desde que sejam feitas por pessoas legitimadas para as por em prática.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre a apresentação do Plano Plurianual de Investimento, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a intervenção e questionou os Senhores membros se alguém desejava usar da palavra.

Tomou a palavra o membro Carlos Abel, para apresentar a intervenção escrita do teor seguinte:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vinhais

Ex.ma Mesa da Assembleia Municipal de Vinhais

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vinhais

Ex.ma Vereação da Câmara Municipal de Vinhais

Ex.mo Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia

Ex.mos Senhores Deputados Municipais.

Encontramo-nos hoje aqui para discutir o orçamento e as opções estratégicas da Câmara Municipal de Vinhais para o(s) próximo(s) ano(s).

Tal facto, leva-me quase por impositiva obrigatoriedade moral, a proferir sobre este tema algumas considerações que acho pertinentes e dignas de registo.

Passado que está mais de um ano sobre a tomada de posse do actual executivo camarário, parece-me oportuno efectuar um balanço sobre o desempenho que vem sendo realizado.

Apesar de exíguo período de tempo decorrido, é já possível antever as grandes linhas orientadoras do actual executivo.

Passaram, por um lado, pela criação de uma supra estrutura tentacular que tenta abraçar todas as áreas sociais do concelho – continuando a fazer do município o grande empregador e motor de desenvolvimento. E, por outro, uma sistemática preocupação no marketing político, baseado em aparências e, com uma estratégia de desenvolvimento ultrapassada e alicerçada no paradigma do betão próprio da ida década de 90.

Quem tão anacrónicas estratégias segue, ou não entende, ou não quer entender, os novos tempos. Apesar de poder ser um meio de ganhar eleições a curto prazo, tal estratégia, acabara por comprometer o futuro deste concelho. Como, aliás, se demonstra facilmente pelo que aconteceu um pouco por todos os municípios do país. A que, diga-se em abono da verdade, Vinhais escapou, mercê de uma grande gestão autárquica financeiramente prudente e cauta mas, estrategicamente obtusa.

Num recente encontro com autarcas sua Ex.^a Secretário de Estado da Administração Local referiu:

“Modernizar a Administração Pública Autárquica passa sobretudo por dois vectores chave: optimização de processos de gestão, centrados na melhoria da eficácia

eficiência, e focalização na satisfação das necessidades dos cidadãos, tudo para apostar na coerente e determinada qualificação e formação dos recursos humanos das autarquias.

Modernizar implica mudar. Alterar rotinas, modificar culturas actualizar meios. Todos os processos de mudança exigem esforço e perseverança, só atingindo os objectivos de sucesso, através do envolvimento de todos os intervenientes na dinâmica de mudança e nas mais valias daí resultantes.

No actual contexto de descentralização e da imperiosa necessidade de uma mais eficaz gestão de recursos, torna-se particularmente necessário aprimorar a gestão financeira de competências alargadas e de tornar eficientes as operações técnicas e administrativas, diante da acção convergente de variáveis, das quais se destacam a aceleração das tecnologias, a alteração rápida das necessidades e a crescente consciência dos direitos de cidadania,”

Tais palavras esfumam-se nas fronteiras deste concelho.

Aqui tudo parece mudar! Temos semáforos, bandas sonoras, rotundas, muros de betão resistentes e sólidos, prédios de seis ou mais andares, pagamentos duplicados, assadores gigantes, empresas municipais aos pares. Enfim, um conjunto de “aparências” com que a actual gestão autárquica se entretêm a gastar o nosso dinheiro.

Mas no fundo, tudo o que de essencial existe e deverá ser modificado resiste insistindo em ficar na mesma. O delineamento de uma estratégia firme de desenvolvimento auto-sustentado auto-sustentável a médio e longo prazo, assente nas vantagens competitivas que o nosso concelho apresenta – é uma miragem. A reformulação orgânica das funções camarárias, a sua eficácia e eficiência, perde-se também na extenuante bruma do tempo e na resignação de não mexer onde é fundamental e doloroso.

Não podemos, contudo, negar que têm sido dados alguns passos nos domínios que consideramos estratégicos. Tal negação, seria cometer um suicídio político, através da retractação do princípio da realidade.

O problema neste caso é que os passos, não têm por base convicções próprias e linhas de rumo estratégico da actual gestão. Decorrendo, antes, de clichés de moda e de compromissos anteriormente assumidos e, desta forma, tornados inevitáveis.

Caros membros desta assembleia.

Não criticamos por criticar. Nem é, nem nunca será, nosso desígnio como oposição obstaculizar a gestão autárquica. Como muitos querem fazer crer. No entanto, não esperem que assistamos serenamente ao contínuo declínio do nosso concelho.

Sabemos que depende também da nossa oposição firme, credível, responsável e atenta, muito do sucesso ou insucesso da gestão do município.

Em virtude da falta de visão estratégica de desenvolvimento auto-sustentado e auto-sustentável para o nosso concelho, patente no presente documento. E após uma análise profunda e atenta, não poderemos compactuar com a natureza algo paroquial e merceeira da gestão subjacente ao mesmo.

Desta forma, vamos optar por nos abster na votação que se segue.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Vila Verde, que começou por cumprimentar todos os presentes, desejando um Feliz Natal e um Bom Ano para todos.

Dirigiu-se ao membro Carlos Abel dizendo que começou o ano a criticar o executivo da Câmara e acabou o ano da mesma maneira. Considerou tratar-se de uma situação triste. Referiu que o que pretendiam era chegar à Câmara, mas como não conseguiram, talvez numa próxima consigam.

Deu um exemplo de um Presidente da República que andou quarenta anos para ser Presidente da República, e ao fim desses anos conseguiu.

Referiu mais uma vez ver que nunca estão de acordo com nada. As obras estão à vista de todos, não podem contrariar esse facto.

Como Vinhaenses, esperava que tivessem outro comportamento. Não concorda com a atitude de julgarem o Senhor Presidente da Câmara com apenas um ano de mandato.

Pediu a todos que arranjassem uma maneira de trabalharem, e de se compreenderem, sem andar a lavar «roupa suja». Elogiou a gente que estudou fora, e que regressou por amor à terra. Aqueles que venderam os seus bens, foram para fora, e cada quatro anos regressam apenas para se candidatarem à Câmara, não devem por isso, vir criticar quem ficou e quem se sacrificou por ter ficado.

Terminada a intervenção, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, em que referiu ter ficado triste com a intervenção do membro Carlos Abel, porque apesar de ter feito um discurso muito bonito, mas no que diz respeito à prática, e às propostas, referiu estar a zero. Quando falou em desenvolvimento sustentado e sustentável não explica o que é que isso é, nem tão pouco exemplifica.

Referiu que, teorias existem muitas, mas não chegam, o importante é passar à prática, e em sua opinião este executivo está a passar à prática. Adiantou que vê o «espelho» da Câmara na Junta de Freguesia de Vinhais. Relembrou a obra realizada em Lama Susana, o fontanário, que foi uma decisão rápida, uma obra feita em tempo recorde e deve-se de facto à intervenção da Câmara. Relembrou também as obras que estão a ser feitas na abertura de ruas na vila, a construção de um parque biológico, daí a óptica do membro Carlos Abel, na questão do betão.

Para terminar, informou que conhece muita gente que esteve ao lado “daquela” bancada, e que agora não estão. Porque estão a reconhecer trabalho e obra na Câmara Municipal. Apelou ao bom senso para reconhecer quando as pessoas fazem obras.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, para dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, pela Unidade Móvel de Saúde. Referiu que a questão que o preocupa é o facto de agora ter fisioterapia em Vinhais. Relembrou que quando era para ir para Macedo de Cavaleiros, à gente da sua terra era-lhe fornecido transporte, e para Vinhais não tem tido. Não compreende qual a política que está a actuar. Por isso, pede ao Centro de Saúde, explicação, se possível por escrito, para dar conhecimento à gente da sua freguesia.

Tomou novamente a palavra o membro Carlos Abel, para numa tentativa esclarecer aqueles mais distraídos. Ao Senhor Presidente da Junta de Vila Verde esclareceu que aquilo que referiu na intervenção não foi a negação. Disponibilizou a sua intervenção escrita, para tirar dúvidas se for necessário. A sua intervenção apenas questiona grande parte das obras feitas, e questiona também o paradigma do betão, por considerar que esse paradigma esteja já ultrapassado. Quanto ao fontanário referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, discorda do facto de considerarem o fontanário estratégico. Porque estratégico é o turismo, é a articulação de produtos da terra, é a obra que está a ser feita na construção do Parque Biológico. Quanto ao mérito

referiu que esta Câmara tem o mérito de a ter levado e de a ter continuado, porque não foi esta Câmara que a lançou. Continuou a esclarecer que aquilo que referiu, foi que eram estes os empreendimentos que eram inevitáveis de serem construídos. Quando se diz que há lançamento de algumas obras que estão a ser feitas neste momento, informou que não é num ano que se fazem obras e se projectam. As pessoas de responsabilidade sabem que isto é praticamente impossível. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, sabe bem que isso é verdade e até concorda que esteja mais à vontade com o Senhor Presidente actual do que com o anterior, porque é amigo pessoal.

Pedi para não serem ingénuos, para não negarem tudo o que têm para trás.

Para terminar deixou claro que ninguém gosta mais de Vinhais do que ele próprio e os membros da sua bancada, apenas vêm paradigmas diferentes.

Relembrou mais uma vez que o próprio Secretário de Estado das Autarquias Locais, assumiu no discurso que o paradigma do betão está ultrapassado. Pediu a todos para lerem o discurso, numa forma de o entenderem.

Referiu mais uma vez que o seu discurso não é uma crítica, não pretendeu por isso, negar o princípio da realidade. Apenas considera que há opções que estão a ser feitas que em sua opinião não as faria.

Referiu ainda, que não parece que se esgote o princípio das reuniões da Comissão Permanente, seria importante definir linhas de rumo estratégicas. Mais da casuística deverá ser uma visão estratégica e não só para distribuir os estatutos de uma qualquer Empresa Municipal.

Considerou que ali são todos políticos, o que os distingue é o facto de terem visões diferentes. Não está em causa negar as obras feitas, mas sim ter consciência do que está subjacente a estas obras. Nunca foi sua intenção opor-se a obras estruturais. Poderá opor-se a um fontanário, mas nunca se oporá a uma aposta firme auto-sustentada e auto-sustentável, mais do que uma Empresa Municipal que é sustentada com o dinheiro de todos. Quando diz auto-sustentável quer dizer que ela própria gerar dinâmicas e recursos próprios, para no futuro poder ser implementada.

Tomou a palavra mais uma vez o Senhor Presidente da Câmara, referindo que se alguém pensa que lhe faz alguma moossa dizer que têm obras neste mandato que já vinham dos mandatos anteriores, quer responder que sente aí um grande orgulho, assim como, sentirá um grande orgulho se um dia sair e a pessoa que lhe suceder der

continuidade aquilo que estava a fazer. Não vê isso como uma crítica, mas sim como um elogio.

Em sua opinião, deveriam estar todos disponibilizados para acreditar nos dados que lhes são fornecidos. Quando referiu que herdou uma obra no valor de cinco milhões de euros e que iniciaram outras obras neste mandato, no valor de seis milhões de euros, demonstrou a sua vontade de que todos acreditassem nisso. Porque tal facto pode ser confirmado perante o Senhor Chefe de Divisão. Este facto não nega que há obras que vêm do anterior mandato e há outras mais do que aquelas que vêm, que foram iniciadas neste mandato.

Referiu que compreende a preocupação do membro Carlos Abel, e compreende a confusão que deve gerar na sua cabeça, por num ano apenas, terem sido lançadas todas estas obras. Referiu que ele próprio não acreditava no início que isso fosse possível.

Continuou informando que foi distribuído a esta Assembleia o estado de cada obra, de quinze em quinze dias vai à reunião de Câmara o mapa das obras, nesse mapa está descrito o historial de cada obra, deve por isso ser consultado.

Relativamente ao discurso, referiu que não se identifica com o discurso que acabou de ouvir, porque não o entendeu bem. Adiantou que ninguém acredita nesse discurso. Desafiou o membro Carlos Abel, para dizer duas obras, com as quais não concorde, porque o que transparece é que não concorda com nenhuma. Apenas diz “eu não fazia assim”.

Pedi mais uma vez ao membro Carlos Abel para subir e dizer o que é que realmente fazia, adiantando que não iria ser capaz.

Afirmou que há gente em Vinhais que gostava que não houvesse semáforos, que não houvesse ruas novas, que não houvesse rotundas, que não houvesse casas grandes ou pequenas.

Referiu que este não era o seu caminho, porque Vinhais vai ter, quer se queira, quer não, umas “Casas Novas” recuperadas; vai ter um parque para desporto e lazer; um parque de estacionamento por baixo do edifício da Câmara; e uma praça do município em frente dos Paços do Município; recuperar os passeios desde a vila até aos Frades; alterar o jardim municipal; fazer infra-estruturas dentro da zona histórica e também a rua que está a começar junto à moagem que vai sair à “Curva do Celero”.

Dito isto, questionou o membro Carlos Abel para referir qual destas obras referidas, é uma má obra.

Continuou dizendo que o ano passado nas festas da vila se gastaram cento e oito mil euros, enquanto que este ano apenas deu metade desse valor. Para o futebol no ano antes da sua chegada deram-se vinte e oito mil contos e este ano deu apenas sete mil e quinhentos contos.

Quanto à questão das transferências para as Juntas referiu que no ano de dois mil e cinco as Juntas de Freguesia receberam em despesas de capital e despesas correntes, oitocentos e noventa mil euros. Apesar de este ano ter reduzido no orçamento, as Juntas de Freguesia receberam até hoje, um milhão, cento e quarenta e sete mil euros.

Enumerou mais uma dezena de obras e investimento, para o concelho, algumas já inauguradas, e solicitou que quando votarem contra, apontem soluções, caminhos e também o caminho para ir buscar o dinheiro para fazer tal obra.

Mais uma vez pediu ao membro Carlos Abel para subir ao palco e mencionar a obra que está a ser feita e que não deve ser feita.

Tomou a palavra o membro Carlos Abel, para referir que aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente, no que toca a obras, descontextualiza aquilo que foi dito por si, no discurso. O que está em causa no discurso feito, são as linhas orientadoras estratégicas.

Questionou o Senhor Presidente se conhecia o significado de tais palavras. Adiantou que aquilo que o Senhor Presidente sabe é apenas o significado de obras. Aquilo que foi questionado por si, não foram obras em concreto, mas sim quais as linhas orientadoras estratégicas do mandato do Senhor Presidente. Mais do que obras aquilo que pretende saber são quais as linhas orientadoras estratégicas. Somente isto.

Para terminar, lembrou que o Senhor Presidente da Câmara herdou uma situação financeira da Câmara de Vinhais, em caixa, com quinhentos mil contos e vendeu uma participação social de um milhão e trezentos mil, motivo esse que torna obvio que apareçam obras.

Mais uma vez voltou a frisar que a sua questão, é aquilo que está subjacente às obras, ou seja, a estratégia.

Terminou referindo que discorda com estas estratégias, e acredita que o Senhor Presidente, talvez ainda não tenha conseguido definir, quais as estratégias que está a seguir.

Terminada a intervenção do membro Carlos Abel, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, levou à votação o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimento para

dois mil e sete, tendo sido aprovado com cinquenta e quatro votos a favor, dois votos contra e cinco abstenções, e aprovar a repartição dos encargos em mais de um ano económico para todos os projectos inscritos em dois mil e sete e anos futuros, nos termos do n.º 6, do art.º 22 do Dec. Lei n.º197/99 de 8 de Junho.

No seguimento do ponto anterior o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, referiu que, em virtude de o artigo nono dos estatutos das Empresas Municipais defender que será necessário eleger dois representantes para as Empresas Municipais. Quer a Mesa da Assembleia, quer os representantes da bancada do PS, defenderam, e porque a Empresa Municipal irá multiplicar-se e desdobrar-se ao logo dos vários mandatos, a nomeação de dois representantes para cada uma das Empresas Municipais, sendo que um representante, seria da bancada do PS e outro da bancada do PSD. Numa perspectiva de boa política e de transparência seria bastante conveniente que as duas bancadas mais representativas, não esquecendo os eleitos de forma independente, fossem representadas nas Empresas Municipais. Se assim for aceite, considerou que a votação seria dispensável. No caso de isso não se verificar, passar-se-ia à eleição.

Seguidamente concedeu dois minutos para que fosse dada à Mesa a informação solicitada.

Chegou à Mesa da Assembleia uma lista apresentada pela bancada do PS, em que propõe para representantes nas duas Empresas Municipais o membro Jorge Paulo Gomes da Silva e o membro Eduardo Manuel Martins Rodrigues.

Seguidamente passou-se à eleição, por voto secreto, tendo sido obtido o seguinte resultado: um voto contra, cinco votos nulos, e quarenta e três votos a favor.

Concluiu que os representantes da Assembleia Municipal nas Empresas Municipais passaram a ser o membro Jorge Paulo Gomes da Silva e o membro Eduardo Manuel Martins Rodrigues.

Continuando a ordem de trabalhos, passou-se ao ponto seguinte.

3 – Período Reservado ao Público

Questionou se alguém do público pretendia usar da palavra, ninguém manifestou intenção de intervir.

Antes de dar por terminada a sessão, informou todos os presentes que a Unidade Móvel de Saúde se encontrava no exterior. Quem pretendesse visitar a Unidade, poderia fazê-lo, uma vez que se encontrava à saída do Auditório.

Por último desejou a todos um Santo e Feliz Natal, um Excelente Ano de 2007 e votos de tudo de bom, nas suas vidas pessoais e de autarcas.

Terminou a sessão era dezoito horas e dez minutos.

E eu, Nuno José dos Santos Teixeira da Costa Gomes, a redigi, transcrevi e assino.